

SOLAR • EÓLICA • HÍDRICA • BIOMASSA • ARMAZENAMENTO



Demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2025

*Voltalia do Brasil
Comercializadora de
Energia Ltda.*



Índice

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração dos resultados.....	7
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Balço patrimonial.....	9
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11
1 Informações gerais e base de preparação	11
1.1 Informações gerais.....	11
1.2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais diretrizes contábeis.....	11
1.2.1 Declaração de conformidade.....	11
1.2.2 Bases de mensuração.....	11
2 Principais informações financeiras	12
2.1 Resultado do exercício.....	12
2.1.1 Receita operacional líquida	12
2.1.2 Custos dos produtos vendidos e despesas operacionais	12
2.1.3 Resultado financeiro	13
2.1.4 Imposto de renda e contribuição social	13
2.2 Ativos e Passivos financeiros.....	14
2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa	14
2.3 Ativos e Passivos não financeiros.....	16
2.4 Patrimônio líquido.....	16
3 Estimativas críticas e riscos	17
3.1 Estimativas, críticas e julgamentos	17
4 Outras informações	19
4.1 Transações com partes relacionadas	19
5 Principais práticas contábeis adotadas	20
5.1 Caixa e equivalente de caixa.....	20
5.2 Intangível.....	20
5.3 Redução ao valor recuperável ("impairment").....	21
5.4 Provisões.....	21
5.5 Tributação.....	22
5.6 Outros ativos e passivos.....	23
5.7 Reconhecimento da receita.....	23
5.8 Instrumentos financeiros.....	23
5.9 Normas novas e alteradas no exercício corrente.....	24
5.10 Normas emitidas, mas ainda não vigentes.....	24

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Voltalia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Voltalia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Voltalia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Thiago Bragatto
Contador CRC 1SP-234.100/O-4

Demonstração dos fluxos de caixa

Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL		(18.131)	(775)
Ajustes por			
Receita Contratos de comercialização de energia	2.1.1	19.432	1.510
Depreciação e amortização	2.1.2	35	70
Aumento/diminuição em ativos e passivos			
Contas a receber	2.2.2	9.560	(14.677)
Contas a receber - partes relacionadas	4.1	(5.793)	24
Impostos a recuperar	2.2.3	(1.143)	(3.109)
Outros		-	12
Outros Ativos		71	(377)
Fornecedores	2.2.5	(3.178)	11.207
Obrigações fiscais e trabalhistas		1.972	2.101
Contas a pagar - partes relacionadas		(3.530)	2.825
Recursos proveniente das atividades operacionais		(705)	(1.189)
Impostos pagos		(2.146)	(2.146)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		(2.851)	(3.335)
Aquisição de intangível	2.3.1	-	(31)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de investimento		-	(31)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(5.979)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de financiamento		(5.979)	-
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(8.830)	(3.366)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.1	11.666	15.032
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(8.830)	(3.366)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.2.1	2.836	11.666
Transação não caixa			
Contratos de comercialização de energia		1	(1)

Demonstração dos resultados

Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Receita líquida	2.1.1	52.175	153.056
Custos dos produtos vendidos	2.1.2	(70.027)	(154.089)
Resultado Bruto		(17.852)	(1.033)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	2.1.2	(1.345)	(1.094)
Lucro Operacional		(19.197)	(2.127)
Despesas Financeiras	2.1.3	(140)	(85)
Receitas Financeiras	2.1.3	1.206	1.437
Resultado Financeiro		1.066	1.352
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(18.131)	(775)
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.1.4	(247)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.1.4	3.158	1.102
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(15.220)	327

Demonstração dos resultados abrangentes

Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(15.220)	327
Total do resultado abrangente	(15.220)	327

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.2.1	2.836	11.666	Fornecedores	2.2.5	9.079	12.257
Contas a receber	2.2.2	6.595	16.155	Obrigações fiscais e trabalhistas		91	19
Contas a receber - ICP	4.1	6.115	322	Contas a pagar - ICP	4.1	181	3.711
Impostos a recuperar	2.2.3	5.056	3.913	Outros		45	45
Outros Ativos		316	387	Contratos de comercialização de energia passivo	2.2.4	14.843	-
Contratos de comercialização de energia ativo	2.2.4	9.053	-				
Impostos ativos diferidos	2.1.4	128	-				
Total do ativo circulante		30.099	32.443	Total do passivo circulante		24.239	16.032
Não circulante				Não circulante			
Contratos de comercialização de energia ativo	2.2.4	-	6.478	Contratos de comercialização de energia passivo	2.2.4	12.032	4.868
Impostos ativos diferidos	2.1.4	3.102	73				
Intangíveis	2.3.1	68	103				
Total do ativo não circulante		3.170	6.654	Total do passivo não circulante		12.032	4.868
				Patrimônio líquido	2.4		
				Capital social		12.218	12.218
				Reserva de retenção de lucro		-	5.979
				Prejuízo acumulado		(15.220)	-
				Total do patrimônio líquido		(3.002)	18.197
Total do ativo		33.269	39.097	Total do passivo e do patrimônio líquido		33.269	39.097

Voltalia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Reservas de lucro		Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva de Retenção de lucro		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.218	5.652	-	17.870
Lucro do Exercício	-	-	327	327
Retenção dos lucros	-	327	(327)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.218	5.979	-	18.197
Dividendos adicionais	-	(5.979)	-	(5.979)
Prejuízo do exercício	-	-	(15.220)	(15.220)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12.218	-	(15.220)	(3.002)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Informações gerais e base de preparação

Esta seção provê informações gerais sobre a Empresa e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Informações gerais

A Voltalia do Brasil Comercializadora Energia Ltda (Empresa), constituída em 05 de outubro de 2017, é uma empresa limitada, com sede e foro jurídico na Rua do Passeio, 78 – 14º, 15º e 16º andares, Centro, CEP 20.021-280, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, integrando o aqui denominado conglomerado de empresas VOLTALIA.

A Empresa tem por objeto social a comercialização de energia elétrica, incluindo, sem limitação, a compra, venda, importação e exportação de energia elétrica, assim como a comercialização varejista de energia elétrica, intermediação de negócios em geral, relacionados à comercialização de energia elétrica, prestação de serviços de assessoria e consultoria relacionados à investimentos, planejamento e comercialização em geral de energia elétrica, assim como quaisquer atividades relacionada à comercialização de energia elétrica e participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, independentemente do seu tipo societário.

O Despacho da Aneel nº 1.976 de 30 de agosto de 2018 autorizou a Empresa a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e estabelecer que a referida empresa fica obrigada a atender às disposições relativas ao exercício da atividade de comercialização de energia elétrica.

1.2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais diretrizes contábeis

1.2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março 2026.

1.2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. O Ativo significativo sujeito a essas estimativas e premissas inclui a amortização do ativo intangível. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2 Principais informações financeiras

Esta seção prevê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

2.1 Resultado do exercício

2.1.1 Receita operacional líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta de fornecimento – ACL (i)	47.110	154.878
Venda de energia - parte relacionada	30.493	5.351
Certificado de energia renovável	-	184
Outros serviços externos	262	156
Ajuste a valor justo de contratos de comercialização de energia (ii)	(19.432)	(1.510)
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	1.181	9.732
Total de receita bruta	59.614	168.791
Tributos sobre receita	(7.439)	(15.735)
Total de receita operacional líquida	52.175	153.056

- (i) Redução devido as operações estruturadas no modelo back-to-back (BtB), compras e vendas correlatas (mesmos prazos/volumes) com risco limitado e margens reduzidas, que aumentaram o volume transacionado em 2024, o qual não ocorreu em 2025.
- (ii) Impacto referente ao aumento do preço de mercado do valor justo (mark-to-market) (Nota 2.2.4).

2.1.2 Custos dos produtos vendidos e despesas operacionais

	<u>2025</u>		<u>2024</u>	
	Custo	Despesa	Custo	Despesa
Crédito de PIS e Cofins	7.743	-	14.511	-
Energia Comprada Para Revenda (iii)	(65.794)	-	(127.919)	-
Energia Comprada Para Revenda - Partes relacionadas (iii)	(12.177)	-	(40.476)	-
Despesas Administrativas	-	(1.310)	-	(1.024)
Encargos Setoriais	(4)	-	(24)	-
Certificado de energia	-	-	(181)	-
Certificado de energia - Partes relacionadas	205	-	-	-
Despesas de depreciação e amortização	-	(35)	-	(70)
Total	(70.027)	(1.345)	(154.089)	(1.094)

- (iii) Redução devido ao menor nível de operações em função do baixo spread observado ao longo do ano de 2025.

2.1.3 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	830	1.429
Outras receitas financeiras	360	8
Multas e acréscimos moratórios	16	-
Total de receitas financeiras	1.206	1.437
Despesas financeiras		
Outras Despesas Financeiras	(140)	(85)
Total de despesas financeiras	(140)	(85)
Total de resultado financeiro	1.066	1.352

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

a) Alíquota efetiva

	2025	2024
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(18.131)	(775)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL	6.165	264
Outras adições e exclusões	(3.254)	838
Despesa de IRPJ e CSLL	2.911	1.102
Corrente	(247)	-
Diferido	3.158	1.102
Alíquota efetiva	16%	142%

b) Impostos de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis nas demonstrações financeiras, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a sua realização.

Na Companhia, o reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos deve, majoritariamente, em decorrência da adoção da prática de mensuração a valor justo (*mark-to-market*) de contratos futuros.

	2025	2024
Provisões Market to Market	2.667	895
Provisões Receitas	(2.060)	(4.477)
Provisões Compras Energia	2.057	4.428
Provisões Despesas Diversas	27	12
Prejuízo fiscal gerado/consumido	539	(785)
Imposto diferido líquido	3.230	73
Ativo circulante e não circulante	3.230	73

Notas explicativas da administração às demonstrações

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Segue abaixo expectativa de realização dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias, conforme tabela acima:

	Entre um e três anos	Entre três e seis anos	Entre seis e dez anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025				
Compensação de impostos diferidos	590	1.127	1.513	3.230

2.2 Ativos e Passivos financeiros

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Empresa, incluindo informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro.

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa, bancos e certificados de depósitos bancários à vista:

	2025	2024
Caixa e bancos	130	914
Aplicações financeiras	2.706	10.752
	2.836	11.666

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário com liquidez imediata, cuja rentabilidade média foi de 96% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (2024 – 96% da variação do CDI), mantidas junto ao Banco de rating B classificado pela Standard & Poor's.

2.2.2 Contas a receber

	2025	2024
CCEE - Câmara Comercializadora de Energia	306	389
Contrato bilaterais - Ambiente de contratação livre	6.289	15.766
	6.595	16.155

O prazo médio de recebimento em 2025 e 2024 dos valores relativos às vendas de energia é de 30 dias da data do faturamento.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 2024, o saldo em aberto com mais de 90 dias refere-se à operação de venda de energia junto a CCEE e através de contratos bilaterais, e está sendo liquidado parceladamente ao longo dos meses, sendo assim a Administração da Empresa entende não haver necessidade de constituir a provisão para crédito de liquidação duvidosa.

2.2.3 Impostos a recuperar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IR antecipação	179	1.315
CS antecipação	60	595
PIS/COFINS/CSLL	3	-
IR	2.002	367
CSLL	697	1
COFINS	1.736	1.343
PIS	379	292
	<u>5.056</u>	<u>3.913</u>

De acordo com a Instrução Normativa 2.055/2021, os créditos de IRPJ e CSLL podem ser utilizados por meio de compensação de débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ou podem ser objeto de restituição. Em ambos os casos, a recuperação deverá ser feita mediante envio da declaração acessória Perdcomp (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação). De acordo com a legislação, o pedido de restituição poderá ser feito no prazo máximo de cinco anos, contados a partir do 1º dia do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao do encerramento do respectivo período de apuração.

2.2.4 Contratos de comercialização de energia ativo

A Empresa opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Empresa, que foi reconhecido pelo seu valor justo.

A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de compra e venda de energia, é de (R\$ 17.822), conforme demonstrado abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Comercialização de energia		
Marcação a mercado dos contratos ativo	9.053	6.478
Marcação a mercado dos contratos passivo	26.875	4.868
Valor justo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros (*)	(17.822)	1.610

(*) Variação de R\$ 19.432 com impacto no resultado da Companhia, vide Nota 2.1.1.

O resultado real destas operações, podem variar substancialmente, visto que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2025.

2.2.5 Fornecedores

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Energia	2.918	3.412
Serviços	6.161	8.845
	<u>9.079</u>	<u>12.257</u>

2.3 Ativos e Passivos não financeiros

2.3.1 Intangível

	2025		2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível				
Softwares	362	68	294	103
	362	68	294	103

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 2024	Amortização	Valor líquido em 2025
Intangível			
Softwares	103	(35)	68
	103	(35)	68

	Valor líquido em 2023	Adições	Amortização	Valor líquido em 2024
Intangível				
Softwares	142	31	(70)	103
	142	31	(70)	103

2.4 Patrimônio líquido

2.4.1 Capital Social

O capital social da Empresa em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 12.218 (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 12.218), com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, subscrito e integralizado conforme descrito abaixo:

	Quantidade de quotas	%	Valor (R\$)	%
Voltalia S.A.	12.217.655	99,99993%	12.218	99,99993%
Voltalia Energia do Brasil Ltda	8	0,00007%	-	0,00007%
Total	12.217.663	100%	12.218	100%

2.4.2 Destinação do Lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

A Empresa não apresentou lucro em 31 de dezembro de 2025 (lucro de R\$ 327 em 31 de dezembro de 2024).

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Empresa e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Empresa e sua performance.

3.1 Estimativas, críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3.1.1 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Empresa.

As atividades da Empresa a expõem a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Empresa efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Empresa;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Empresa; e
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.1.2 Risco regulatório

A atividade da Empresa, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.1.3 Riscos de instrumentos financeiros

A Companhia possui alguns contratos de compra e venda de energia mantidos para negociação no mercado que são mensurados a uma curva de preço futuro de mercado (curva forward). O objetivo dessas operações é obter ganhos por meio da variação de preço no mercado, em observância à política de risco da Companhia. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e atendem à definição de instrumentos financeiros de acordo com o pronunciamento contábil CPC 48.

3.1.4 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de ganhos/perdas financeiras em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Normalmente, o risco é gerado por uma posição de energia em aberto (sobras ou déficits) ainda não convertida em contratos, exposta, portanto, a movimentos de preços de mercado que, em casos desfavoráveis para a empresa detentora da posição, podem reduzir o valor de sua carteira de energia.

Notas explicativas da administração às demonstrações

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Essas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela Administração da Companhia. Visando proteger o valor já gerado em seu portfólio, a Companhia utiliza diversos mecanismos de avaliação de risco, tais como: metodologia de medição de risco utilizando o VaR (Value at Risk); análises de estresse e de sensibilidade; limites de riscos estabelecidos pela Administração; atualização diária de preços e de volatilidade; reuniões semanais de alocação de risco e atualizações diárias das variáveis em risco.

3.1.5 Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”).

Os contratos regulados da Empresa são vendidos diretamente às Distribuidoras que participaram no Leilão de compra de energia. Existe a possibilidade de inadimplência por parte destas distribuidoras, e para mitigar esse risco, estas apresentam um contrato de garantia financeira.

3.1.6 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Empresa é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025:

	Menos de um ano	Total
Em 31 de dezembro de 2025		
Fornecedores	9.079	9.079
Contas a pagar - Partes relacionadas	181	181
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	12.257	12.257
Contas a pagar - Partes relacionadas	3.711	3.711

4 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

4.1 Transações com partes relacionadas

A Empresa possui contas a pagar e a receber com as empresas do grupo Voltalia como segue.

	2025		2024	
	Ativo Contas a receber	Passivo Contas a pagar	Ativo Contas a receber	Passivo Contas a pagar
VOLTALIA ENERGIA DO BRASIL LTDA	-	54	-	43
USINA DE ENERGIA EOLICA JUNCO I SPE S.A.	67	30	16	185
USINA DE ENERGIA EOLICA JUNCO II SPE S.A.	63	28	15	49
USINA DE ENERGIA EOLICA CAICARA I SPE S.A.	75	-	18	-
USINA DE ENERGIA EOLICA CAICARA II SPE S.A.	52	23	12	39
VENTOS DE VILA PARAIBA I SPE S.A.	125	-	-	92
VENTOS DE VILA PARAIBA II SPE S.A.	124	-	28	210
VENTOS DE VILA CEARA I SPE S.A.	110	-	25	284
VENTOS DE VILA CEARA II SPE S.A.	107	-	25	294
VENTOS DE VILA ACRE II	-	-	84	-
USINA DE ENERGIA EOLICA CARCARA I SPE S.A.	22	-	-	-
USINA DE ENERGIA EOL CARCARA II SPE S.A.	259	-	18	347
USINA DE ENERGIA EOLICA TERRAL SPE S.A.	152	-	18	638
USINA DE ENER EOL VILA AMAZONAS V SPE SA	59	11	14	52
USINA DE ENERGIA EOL VILA PARA I SPE S.A.	66	13	15	54
USINA DE ENER EOL VILA PARA II SPE S.A.	60	11	20	179
USINA DE ENER EOL VILA PARA III SPE S.A.	59	11	14	141
SOL SERRA DO MEL I SPE S.A.	155	-	-	-
SOL SERRA DO MEL II SPE S.A.	74	-	-	-
SOL SERRA DO MEL III SPE S.A.	136	-	-	265
SOL SERRA DO MEL IV SPE S.A.	134	-	-	255
SOL SERRA DO MEL V SPE S.A.	-	-	-	292
SOL SERRA DO MEL VI SPE S.A.	-	-	-	292
EOL POTIGUAR B31 SPE S.A.	1.787	-	-	-
EOL POTIGUAR B32 SPE S.A.	223	-	-	-
EOL POTIGUAR B33 SPE S.A.	2.206	-	-	-
Total	6.115	181	322	3.711

Notas explicativas da administração às demonstrações

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	2025		2024	
	Venda de energia	Compra de energia	Venda de energia	Compra de energia
USINA DE ENERGIA EOLICA JUNCO I SPE S.A.	512	(405)	312	(1.170)
USINA DE ENERGIA EOLICA JUNCO II SPE S.A.	483	(208)	309	(422)
USINA DE ENERGIA EOLICA CAICARA I SPE S.A.	581	-	396	(327)
USINA DE ENERGIA EOLICA CAICARA II SPE S.A.	394	(168)	252	(3.017)
VENTOS DE VILA PARAIBA I SPE S.A.	973	(408)	536	(958)
VENTOS DE VILA PARAIBA II SPE S.A.	950	(633)	592	(2.080)
VENTOS DE VILA CEARA I SPE S.A.	841	(742)	528	(2.602)
VENTOS DE VILA CEARA II SPE S.A.	825	(805)	515	(2.627)
USINA DE ENERGIA EOL CARCARA II SPE S.A.	573	(851)	366	-
USINA DE ENERGIA EOLICA TERRAL SPE S.A.	573	(1.643)	366	(5.277)
USINA DE ENER EOL VILA AMAZONAS V SPE SA	445	(196)	285	(512)
USINA DE ENERGIA EOL VILA PARA I SPE S.A.	500	(220)	320	(549)
USINA DE ENER EOL VILA PARA II SPE S.A.	450	(388)	288	(1.440)
USINA DE ENER EOL VILA PARA III SPE S.A.	445	(372)	286	(1.216)
SOL SERRA DO MEL I SPE S.A.	5.366	-	-	-
SOL SERRA DO MEL II SPE S.A.	3.524	-	-	-
SOL SERRA DO MEL III SPE S.A.	569	(655)	-	(2.192)
SOL SERRA DO MEL IV SPE S.A.	571	(825)	-	(2.216)
SOL SERRA DO MEL V SPE S.A.	366	(682)	-	(2.322)
SOL SERRA DO MEL VI SPE S.A.	325	(407)	-	(2.326)
EOLICA CANUDOS II SPE S.A.	362	(1.301)	-	-
EOLICA CANUDOS III SPE S.A.	340	(1.268)	-	-
EOL POTIGUAR B31 SPE S.A.	5.033	-	-	(4.382)
EOL POTIGUAR B32 SPE S.A.	2.708	-	-	(4.841)
EOL POTIGUAR B33 SPE S.A.	2.784	-	-	-
Total	30.493	(12.177)	5.351	(40.476)

5 Principais práticas contábeis adotadas

5.1 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

5.2 Intangível

5.2.1 Ativos Intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

5.2.2 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

5.3 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

5.3.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro é registrado inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado podendo ser reduzido por ajuste de redução ao valor recuperável. Essas perdas são apuradas de acordo com a experiência histórica de perdas de crédito e ajustadas em fatores específicos aos devedores, nas condições atuais e futuras, quando aplicável.

5.3.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

5.4 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Empresa figure como parte passiva.

5.5 Tributação

5.5.1 Tributação sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o programa de integração social	PIS	1,65%
Contribuição para o financiamento da seguridade social	Cofins	7,60%
Imposto sobre serviços	ISS	5%

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

5.5.2 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Empresa espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

5.6 Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

5.7 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Empresa e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Empresa. Na prática, a Empresa reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

5.8 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Empresa, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

5.8.1 Operações de compra e venda de energia (contratos futuros)

A Empresa negocia operações de compra e venda de energia considerando a sua política e limite de risco e parte de seus contratos são designados e classificados como instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou perdas líquidas não realizados decorrentes da marcação a mercado destes contratos (diferença entre os preços contratados e os preços de mercado projetados por mercado especializado) são registrados como receita operacional ou custo operacional no resultado do exercício. Para definição do valor justo é utilizada a taxa de desconto DI-PRE.

A administração avalia que estes instrumentos financeiros se enquadram no Nível 2, visto que os dados de valorização são observáveis para o ativo e passivo direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

5.9 Normas novas e alteradas no exercício corrente

No exercício corrente, o Grupo aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

5.10 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025 o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas

* * *

Fale conosco

Brasil

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 2221-7190*

